

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

PROJETO DE LEI Nº 6.219, DE 2009

Assegura aos portadores de diplomas de cursos a distância as mesmas prerrogativas legais, que portadores de diplomas de cursos presenciais.

Autor: Deputado Wilson Picler

Relator: Deputado José Linhares

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei em epígrafe, de autoria do nobre Deputado Wilson Picler, propõe que se assegure aos portadores de diplomas de cursos a distância idênticas prerrogativas legais àquelas de que gozam os diplomados em cursos presenciais, *“para efeitos de concurso público, progressão de carreira, registro profissional e qualquer outro fim legal”*, qualquer que seja o nível educacional de que se trate.

Argumenta o autor que não obstante o grande crescimento da procura nacional por cursos a distância e as vantagens efetivas que tal modalidade educacional traz consigo, vigora ainda *certo “preconceito em relação aos formados pelo EAD (Ensino a Distância)”*, sendo que *“Diversos Conselhos Profissionais, assim como órgãos da administração pública, hesitam em aceitar a validade dos diplomas apresentados, mesmo após o licenciamento e credenciamento do curso pelos órgãos competentes do Poder Público.”* Tal fato, afirma ele, *“vem acarretando uma série de litígios na justiça comum, para que os diplomas venham a ser reconhecidos por esses órgãos ou entidades.”* Sua proposta teria, então, o objetivo de *“pacificar, de forma definitiva, a validade destes diplomas.”*

A proposição deu entrada nesta Casa em 14/10/2009 e foi pela Mesa Diretora encaminhada para exame das Comissões de Educação e Cultura; Trabalho, de Administração e Serviço Público e Constituição e

Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD). Sujeita à apreciação conclusiva pelas referidas Comissões (Art. 24 II do RICD), tramita em regime ordinário.

Em 27/10/2009 foi recebida pela Comissão de Educação e Cultura (CEC) e no período regulamentar, não lhe foram oferecidas emendas.

É o Relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Em primeiro lugar, quero ressaltar a importância e a nobreza da preocupação do nobre Deputado Wilson Picler, ao propor este seu Projeto de Lei, que visa a garantir a igualdade de oportunidades para todos os cidadãos diplomados no Brasil, desde que se refiram a cursos autorizados ou reconhecidos, ofertados por instituições credenciadas pelo Ministério da Educação, em qualquer nível de ensino, e que tais diplomas tenham sido registrados na forma da lei.

Entretanto, quero trazer aqui minha colaboração no sentido de tranquilizar nosso ilustre colega, pois a nossa LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/2006) já traz as garantias necessárias para a equiparação destes diplomas. No tocante ao ensino fundamental, assim estabelece a LDB:

“Art. 24 – A educação básica nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

.....
VII – Cabe a cada instituição de ensino expedir históricos escolares, declarações de conclusão de série e diplomas ou certificados de conclusão de curso, com as especificações cabíveis.”

“Art. 38 – O currículo do ensino médio observará o disposto na Seção I deste Capítulo e as seguintes diretrizes:

.....
§2º O ensino médio, atendendo à formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas.

§3º Os cursos do ensino médio terão equivalência legal e

habilitarão ao prosseguimento de estudos".

"Art. 41. O conhecimento adquirido na educação profissional, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação, para prosseguimento ou conclusão de estudos.

Parágrafo único. Os diplomas de curso de educação profissional de nível médio, quando registrados, terão validade nacional."

Ainda que no ensino fundamental a modalidade presencial seja obrigatória e o ensino a distância, admitido apenas a título de complementação ou em emergências, deve-se ter em mente que, mesmo nestas hipóteses, haverá equiparação de diplomas e de direito a registro para os fins cabíveis, assegurada pelos preceitos legais vigentes.

Quanto aos cursos superiores, de graduação e de pós-graduação, a nossa LDB – Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/2006) também já garante, em seu artigo 48, que

"Art. 48. Os diplomas de cursos superiores reconhecidos, quando registrados, terão validade nacional como prova de formação recebida por seu titular. (grifos nossos)

§ 1º. Os diplomas expedidos pelas universidades serão por elas próprias registrados, e aqueles conferidos por instituições não-universitárias serão registrados em universidades indicadas pelo Conselho Nacional de Educação.

§ 2º. Os diplomas de graduação expedidos por universidades estrangeiras serão revalidados por universidades públicas que tenham curso do mesmo nível e área ou equivalente, respeitando-se os acordos internacionais de reciprocidade ou equiparação.

§ 3º. Os diplomas de Mestrado e de Doutorado expedidos por universidades estrangeiras só poderão ser reconhecidos por universidades que possuam cursos de pósgraduação reconhecidos e avaliados, na mesma área de conhecimento e em nível equivalente ou superior."

Especificamente quanto à educação a distância (EAD), a LDB preceitua:

"Art. 80 – O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância em todos os níveis e modalidades de ensino e de educação continuada.

§1º A educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.

§2º A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diplomas relativos a cursos de Educação a distância.

.....”

O Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que por sua vez regulamenta o citado art. 80 da LDB, assim define, em seus art. 3º, 5º e 27:

“Art. 3º A criação, organização, oferta e desenvolvimento de cursos e programas a distância deverão observar ao estabelecido na legislação e em regulamentações em vigor, para os respectivos níveis e modalidades da educação nacional.

§ 1º Os cursos e programas a distância deverão ser projetados com a mesma duração definida para os respectivos cursos na modalidade presencial.

§ 2º Os cursos e programas a distância poderão aceitar transferência e aproveitar estudos realizados pelos estudantes em cursos e programas presenciais, da mesma forma que as certificações totais ou parciais obtidas nos cursos e programas a distância poderão ser aceitas em outros cursos e programas a distância e em cursos e programas presenciais, conforme a legislação em vigor.

.....

Art. 5º Os diplomas e certificados de cursos e programas a distância, expedidos por instituições credenciadas e registrados na forma da lei, terão validade nacional.

Parágrafo único. A emissão e registro de diplomas de cursos e programas a distância deverão ser realizados conforme legislação educacional pertinente.

.....

Art. 27. Os diplomas de cursos ou programas superiores de graduação e similares, a distância, emitidos por instituição estrangeira, inclusive os ofertados em convênios com instituições sediadas no Brasil, deverão ser submetidos para revalidação em universidade pública brasileira, conforme a legislação vigente.”

Assim sendo, e à luz dos dispositivos legais supramencionados, faço minhas as próprias palavras de nosso ilustre colega o Dep. Wilson Picler, autor do Projeto: “Estando a instituição e os cursos oferecidos de acordo com as regras estabelecidas pelo MEC e órgãos delegados (como os Conselhos e Secretarias Estaduais de Educação), os

diplomas de cursos a distância ou semipresenciais terão a mesma validade, em todo território nacional, que seus congêneres da modalidade presencial.” De fato, como acabamos de verificar, os citados dispositivos da LDB e do Decreto nº 5.622/2005, regulamentador da EAD, já asseguram suficientemente que os diplomas de cursos a distância reconhecidos, oferecidos por instituições especialmente credenciados pelo MEC para oferta de EAD em qualquer nível de ensino – médio (técnico, profissionalizante ou não) ou superior (de graduação ou de pós-graduação, tecnológico, profissional ou não) -, desde que devidamente registrados, são equiparáveis. para todos os fins legais. aos diplomas de cursos presenciais também devidamente registrados.

Portanto, tranquilizo o nosso ilustre proponente ao mesmo tempo em que solicito dos meus Pares, na Comissão de Educação e Cultura, o apoio para a rejeição deste PL nº 6.219/2009, por desnecessário, na medida que o quadro legal vigente já assegura os benefícios que o nobre Deputado Wilson Picler com razão quer ver garantidos para todos os brasileiros que hoje dispõem de diplomas referentes a cursos reconhecidos, de nível médio ou superior, ministrados em instituições de ensino credenciadas pelo MEC em qualquer lugar do território nacional, tenham sido esses cursos realizados na modalidade presencial ou a distância.

Sala da Comissão, em de de 2010.

Deputado José Linhares
Relator